

**Rio de Janeiro, 14 de julho de 2020.**

**Sergio Machado Reis**

**Código de Manifestação: 204.024.049.761**

Prezado Senhor,

Em atenção à manifestação em referência, cadastrada no Sistema Informatizado da Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, foi constituído o Documento TCE-RJ nº 011.654-2/2020 para atendimento ao seu pedido de acesso à informação, formulado com base na Lei Federal nº 12.527/20011, a respeito do cumprimento do Edital pela empresa vencedora do Pregão TCE-RJ nº 62/2018.

Os questionamentos formulados por V. S<sup>a</sup> foram formatados com o objetivo de facilitar a leitura em perguntas e respostas.

#### **Questão nº 01**

O órgão tem conhecimento que, pelo menos, até o dia 23/03/2020, o jornal Valor Econômico informava abertamente que não estabelecia contrato com empresas de clipping, apenas com os clientes finais? Chegaram a entrar em contato com o veículo? Sabendo disso, o órgão assinou contrato com a empresa ou contratou os serviços do jornal Valor Econômico diretamente?

## **Resposta**

O Setor Especializado informou que:

“Por meio do Edital de Pregão Eletrônico nº 66/2018 (processo nº 301.929-5/18), o Tribunal promoveu seleção para contratação de empresa especializada para o fornecimento de jornais e revistas para o TCE-RJ.

Nas especificações técnicas do Termo de Referência foi elencado o fornecimento do Jornal Valor Econômico e de vários outros periódicos, havendo previsão de entrega da via impressa, bem como do fornecimento de senha para acesso digital das assinaturas dos periódicos.

A vencedora do certame foi a empresa ADINP DISTRIBUIDORA DE DIÁRIOS OFICIAIS LTDA, que celebrou o contrato nº 46/2018 com o TCE-RJ. Referido contrato foi prorrogado no bojo do processo nº 302.508-6/19, que culminou na celebração do Termo Aditivo nº 01 de prorrogação de prazo do contrato nº 46/2018, compreendendo o período de 27/02/2020 até 26/02/2021.

O Tribunal não entrou em contato com nenhum veículo de comunicação. A responsabilidade pelo fornecimento dos periódicos é da empresa contratada.”

## **Questão nº 02**

Como o órgão fiscalizou a entrega dos contratos de licenciamento dos demais veículos? Como é feito o controle sobre quais veículos de comunicação exigem ou não autorização para compartilhamento de seus conteúdos?

## **Resposta**

O Setor Especializado informou que:

“Por meio do Edital de Pregão Eletrônico nº 62/2018 (processo nº 301.946-3/18), o Tribunal promoveu seleção para contratação de empresa especializada em clipping jornalístico para monitoramento da mídia e gestão de informação, com o objetivo de atender as necessidades do TCE/RJ.

A vencedora do certame foi a empresa SUPER ACESSO INFORMAÇÃO LTDA-EPP, que celebrou o contrato nº 43/2018 com o TCE-RJ, cuja vigência compreendeu o período de 09/01/2019 a 08/01/2020.

De fato, o item 6.1.17 do Termo de Referência do Edital de Pregão Eletrônico nº 62/2018 previu condição para assinatura do contrato nos seguintes termos:

6.1.17 - A CONTRATADA deve possuir autorização oficial dos veículos de comunicação que cobram direitos autorais para usar as notícias no clipping, como é o caso do jornal Folha de S. Paulo e o Estado de São Paulo. Essa autorização deve obrigatoriamente constar da documentação a ser apresentada pela empresa vencedora quando da assinatura do contrato.

Nada obstante, o contrato nº 43/2018 foi celebrado sem que a Administração tenha demandado a contratada para cumprimento da condição ora transcrita. O contrato nº 43/2018 foi integralmente cumprido, tendo sido extinto pelo término de sua vigência. Não houve prorrogação do referido contrato, que já não produz qualquer efeito desde sua extinção.

No mais, a Administração entende que saber quais veículos de comunicação exigem ou não autorização oficial é de responsabilidade da eventual contratada, que possui expertise na área de atuação dos serviços licitados.”

### **Questão nº 03**

Levando em consideração que o contrato ainda está em vigência e na possibilidade de que a exigência da autorização de licenciamento de direitos

autorais tenha sido flexibilizada, o órgão entende que houve violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e da competitividade?

## **Resposta**

O Setor Especializado informou que:

“Como acima mencionado, a vigência do contrato nº 43/2018 compreendeu o período de 09/01/2019 a 08/01/2020. Ao contrário do que afirma o Requerente, portanto, atualmente o Tribunal não possui contrato com particular para prestação de serviço de clipping.

Existe, no entanto, licitação em andamento para contratação do serviço de clipping no bojo do processo nº 301.548-9/19 (Pregão Eletrônico nº 60/2019).

Importante dizer que tal certame reproduziu a mesma condição para assinatura de contrato prevista no edital anterior.

Desta vez, a previsão foi feita tanto no item 6.1.17 do novo Termo de Referência (de redação idêntica ao item 6.1.17 do TR relativo ao edital anterior), bem como no item 20.2 do edital do Pregão Eletrônico nº 60/2019, que igualmente reproduz o dispositivo dos Termos de Referência destacados nos seguintes dizeres:

20.2 – A licitante deverá possuir autorização oficial dos veículos de comunicação que cobram direitos autorais para usar as notícias no clipping, como é o caso do jornal Folha de S. Paulo e o Estado de São Paulo. Essa autorização deve obrigatoriamente constar da documentação a ser apresentada pela empresa vencedora quando da assinatura do contrato.

Vale lembrar que no atual processo licitatório (Pregão Eletrônico nº 60/2019 - processo nº 301.548-9/19) houve parecer da Procuradoria Geral do Tribunal - PGT expondo a discussão jurídica que envolve a possibilidade de exigir a condição de assinatura de contrato em exame, sendo importante registrar que, como forma de dar total transparência à discussão, o Requerente, que participa do Pregão Eletrônico nº 60/2019, recebeu por e-mail cópia do mencionado parecer.

Fundamental destacar também que, ao perceber que tanto a primeira colocada do atual certame (ALVO PUBLICO PUBLICIDADE LTDA) como a terceira1 colocada (SERGIO MACHADO EIRELI) não foram capazes de cumprir a referida condição de assinatura, a própria Administração suscitou um debate interno sobre a possível restrição à competitividade pela inserção da exigência.

A questão, no entanto, foi aparentemente dirimida pela PGT no citado parecer, cujo trecho que mais interessa ao presente pedido de informação aqui reproduzimos:

“(...) De fato, há, como consignado no parecer do PGT datado de 20.02.2020, uma densa discussão jurídica, não sedimentada nos nossos tribunais, sobre as relações entre as empresas produtoras de conteúdo jornalístico e as empresas prestadoras dos serviços de clipping, no que diz respeito ao reconhecimento/proteção dos direitos autorais reclamados pelas primeiras.

Com efeito, pesquisa empreendida no sítio do Superior Tribunal de Justiça — em tese, a Corte competente para solucionar a questão, que passa, s.m.j., pela definição do sentido e alcance do artigo 46, inciso I, alínea “a”, da Lei 9.610/982 — revela a ausência de decisão colegiada sobre o tema, e, além disso, a tendência em não se conhecerem, monocraticamente, com fundamento na Súmula 073, os correlatos recursos especiais. Aliás, as decisões monocráticas do STJ de que, até o momento, se têm notícia referem-se a casos em

que os tribunais de segundo grau de jurisdição proferiram acórdãos favoráveis às empresas produtoras de conteúdo jornalístico.

Nesse cenário, não há como tachar de ilegal a exigência editalícia, a qual, como bem lembrado pela Coordenadoria de Licitações e Contratos – CLC, sequer foi impugnada pelas licitantes no momento oportuno. Poder-se-ia, quando muito, questionar a conveniência da sua manutenção em procedimentos de contratação futuros, assim como a conveniência na ultimação da presente licitação tendo em vista razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado.

Em suma: a decisão judicial, ainda pendente de recurso, obtida pela licitante ora convocada em desfavor de uma das empresas produtoras de conteúdo jornalístico não a exime de cumprir o disposto no item 20.2 do Edital, ao menos em relação aos demais veículos que vedem, em princípio, a utilização de seus conteúdos na elaboração de clippings, como é o caso do Estado de São Paulo. (...)”

#### **Questão nº 04**

Caso a empresa não tenha entregue todos os contratos como determina as leis nº 10.520, de 2002; e 8.666, de 1993; bem como jurisprudência do TCU e o próprio edital do pregão, qual será a penalidade que o gestor aplicará à empresa? Haverá cancelamento do contrato uma vez que os documentos eram requisitos para a assinatura do mesmo, tornando-o nulo?

#### **Resposta**

O Setor Especializado informou que:

“Como mencionado na resposta ao item anterior, atualmente o Tribunal não possui contrato com particular para prestação de serviço de clipping. O contrato

nº 43/2018 foi extinto pelo transcurso de seu prazo de vigência e a nova licitação está em andamento no bojo do processo nº 301.548-9/19 (Pregão Eletrônico nº 60/2019).”

A Ouvidoria do TCE/RJ agradece seu contato e coloca-se a disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que porventura se façam necessários.

Atenciosamente,

[ouvidoria@tce.rj.gov.br](mailto:ouvidoria@tce.rj.gov.br)